



## Intervenção

### Situação da Floresta e Baldios

Como diz a proposta de Resolução deste nosso Congresso o sector Florestal é de enorme importância estratégica para o desenvolvimento do nosso País seja ele na vertente económica, ambiental e mesmo social.

A floresta portuguesa não é, não pode ser um problema do País. A floresta portuguesa, na sua dimensão multifuncional, é um extraordinário recurso nacional.

O debate sobre a defesa da floresta portuguesa e sobre a prevenção e o combate aos incêndios tem, no nosso País, décadas, particularmente a seguir aos grandes incêndios.

De cada um desses momentos resultaram sempre muitos anúncios de apoios, relatórios, legislação, directivas, despachos e redefinição de meios.

Passaram-se cinco anos depois dos trágicos incêndios de Junho e de Outubro de 2017, que resultaram em mais de uma centena de mortos, em centenas de milhares de hectares ardidos, numa destruição até então desconhecida, nos planos da floresta, agricultura, pecuária, habitações, infra-estruturas públicas, empresas.

Há cinco anos o Governo anunciava a maior Reforma da Floresta desde o tempo de D. Dinis. Cinco anos depois, a vida aí está a provar que, o que falta fazer no terreno, é muito.

Falta responder às causas estruturais que estavam identificadas e aí foram confirmadas - abandono do Mundo Rural, degradação dos serviços públicos, destruição da pequena e média agricultura, substituição de áreas de produção agrícola por matos ou monocultura de floresta – que resultam na desertificação e no despovoamento.

Falta assegurar os meios adequados e a coordenação necessária às forças de Protecção Civil e, designadamente, aos bombeiros, que vivem hoje uma situação aflitiva, em particular pelo aumento dos custos dos combustíveis.

Falta ainda concretizar muitas das medidas imediatas, decididas no seguimento das tragédias de 2017 - concluir o cadastro florestal que, mesmo numa versão simplificada, continua a patinar, criar as equipas de sapadores florestais para atingir o objectivo de 500 e reconstituir o Corpo de Guardas Florestais, como foi aprovado várias vezes na AR.

Falta concluir a Rede Primária de Gestão de Combustíveis, que tem ainda um concurso de 50 milhões euros previstos para abrir, no âmbito do PRR, e continua com um enorme atraso a concretização da redução da biomassa em zonas críticas por fogo controlado, muito longe das metas e ritmos que o próprio Governo tinha colocado em Resolução de Conselho de Ministros.

Falta assegurar a valorização do preço da madeira, condição essencial para apostar decididamente no ordenamento da Floresta, para garantir a sua gestão activa, para promover o livre associativismo dos

pequenos proprietários, e um impulso aos Agrupamentos de Baldios e aos projectos promovidos por Baldios.

Falta garantir, como recomendou a Comissão Técnica Independente, que os apoios públicos se dirijam preferencialmente para as regiões onde se registam mais incêndios, ou seja, a região de minifúndio do Centro e Norte do País.

Falta romper com os interesses dos grupos económicos no ordenamento florestal e do território.

A CNA tem apresentado propostas que, a serem concretizadas, serão certamente um travão aos incêndios e evitarão a brutalidade a que assistimos nos últimos anos e melhorar as condições para o combate.

Defendemos e propomos:

- A intervenção do Governo na regulação do mercado da madeira, com preços justos à produção.
- A defesa da pequena e média agricultura, da pastorícia e da pecuária, com a sua dinamização para garantir a fixação de pessoas no mundo rural.
- A promoção de práticas mais equilibradas, mais sustentáveis, de produção silvícola e o chamado “uso múltiplo” das Florestas com a produção de madeiras, mas também com a recolha organizada ou espontânea de lenhas e coberturas, com outras actividades associadas à Floresta como a pastorícia e a pecuária extensivas, incluindo a apicultura.
- Urge valorizar a Agricultura Familiar em comunhão com a Floresta de Uso Múltiplo ou Multifuncional.
- A Revitalização de outras fileiras de produtos florestais como a resina.
- Mais e melhor apoio técnico e financeiro aos produtores para a detecção, prevenção e o combate às Pragas e Doenças da Floresta.
- A garantia da prioridade e da concentração de apoios ao associativismo dos pequenos produtores florestais aos Baldios.
- A valorização dos bombeiros nacionais.

São necessárias medidas que defendam o Mundo Rural, a produção nacional e o ordenamento florestal. É necessário combater a desertificação e o despovoamento, assegurar o emprego e o desenvolvimento nos territórios rurais.

Ao nível dos apoios ao investimento na Floresta, a CNA repudia a diferenciação entre baldios, presente em muitas medidas do PEPAC. As majorações previstas devem aplicar-se a todos os baldios independentemente de serem geridos com participação de entidades públicas ou se apenas pelos compartes. A opção do governo de privilegiar apenas os baldios que estão em co-gestão é injustificável, inconstitucional e inaceitável.

Longe vai o tempo que um agricultor quando precisava de dinheiro para tratar de uma doença, pagar os estudos ou casar os filhos tinha na floresta o seu mealheiro.

Os desafios são inúmeros!

No entanto o facto é que para além de uma avalanche legislativa, pouco ou nada mudou na floresta portuguesa desde o último congresso da CNA. É certo que, neste sector em particular, as mudanças

demoram a produzir efeitos, mas o que se observa é que mudou a estrutura governativa, a tutela das florestas foi tirada ao Ministério da Agricultura para estar agregado ao Ministério do Ambiente, mas o rumo vai de mau a pior. Continua e aumenta o apoio incondicional às grandes empresas do sector e continua o esmagamento e a eliminação dos pequenos produtores florestais.

Os agricultores e os produtores florestais não são os responsáveis, são antes as principais vítimas dos incêndios rurais, pelo que não devem ser criminalizados.

Porque, é praticamente impossível um pequeno produtor florestal isoladamente ter acesso a apoios públicos para proceder a limpezas ou novas plantações.

Por imperativo da lei muitos produtores florestais são obrigados a recorrer às suas poupanças ou aos seus ordenados para fazer a limpeza da sua pequena propriedade, mesmo sabendo que será um investimento sem retorno, devido ao flagelo dos incêndios no Verão. Quem não tem disponibilidade de meios próprios para investir é empurrado para o abandono, pois não podem pagar as multas e não estão para correr o risco de ver a sua propriedade a arder no Verão e ver perdido todo o investimento.

Não há desenvolvimento equilibrado do País com o mundo rural desertificado e não há gente no mundo rural sem agricultura e floresta.

Por um mundo rural vivo

Viva os agricultores

Viva o 9º Congresso da CNA

**6 de Novembro, Viseu**

**Anibal Cabral, Executivo da CNA**